Penduricalho

Para servidores, PEC do Quinquênio 'amplia privilégios'

Federação de trabalhadores do Judiciário e Ministério Público diz que proposta vai ocupar ainda mais o orçamento com a cúpula

JULIA CAMIM

Servidores do Judiciário e do Ministério Público se posicionaram ontem contra o avanço da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do Quinquênio, que concede um "bônus" na remuneração de magistrados, procuradores e promotores, no Senado. A Federação Nacional dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Judiciário Federal e Ministério Público da União (Fenajufe) afirmou que o quinquênio "vai ocupar ainda mais o orçamento com a cúpula, não deixando espaço para as reivindicações básicas dos servidores".

REPOSIÇÃO SALARIAL. De acordo com a federação, a PEC é

uma "tentativa de ampliação dos privilégios e penduricalhos destinados à mais alta cúpula do Poder Judiciário", que vai comprometer, se aprovada, a reposição salarial da inflação e as nomeações de servidores a partir de concursos.

A proposta, de autoria do presidente do Congresso, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), prevê um acréscimo de 5% nos salários de magistrados e integrantes do Ministério Público a cada cinco anos, até o máximo de 35% do teto constitucional.

O penduricalho pode ter um impacto orçamentário de cerca de R\$ 40 bilhões, segundo estimativa do governo federal. Aprovada no último dia 17 na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, a PEC precisa de 49 votos favoráveis, em dois turnos no plenário da Casa, para ser encaminhada à Câmara.

Levantamento

31,8 mil juízes, procuradores e promotores seriam beneficiados com a PEC do Quinquênio, segundo estudo do Centro de Liderança Pública (CLP)

17,8 mil integrantes do Judiciário e do MP passariam a ganhar acima do teto constitucional

R\$ 44 mil é o valor atual do teto do funcionalismo público

Na Casa comandada por Arthur Lira (PP-AL), a proposta de emenda à Constituição tem de ter o apoio de 308 dos 513 deputados, também em dois turnos, para entrar em vigor.

GOVERNO. Como mostrou o Estadão, o governo Lula tenta desarmar uma pauta-bomba no Congresso. Durante jantar com parlamentares na terçafeira, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad-que antecipou a volta ao Brasil dos EUA para buscar uma negociação com os senadores — expôs preocupação com o impacto fiscal da PEC.

O ministro afirmou que a proposta também tem um efeito ainda não mensurado nos Estados, uma vez que a retomada do quinquênio pode beneficiar servidores estaduais.

Na quarta-feira, Lira disse que o projeto dificilmente será aprovado na Casa. ●



Eleições 2024

Nunes deve deixar para julho escolha do vice

O prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), disse ontem que deve anunciar o nome de seu candidato a vice em julho, antes das convenções partidárias. Segundo Nunes, o presidente da Câmara Municipal, Milton Leite (União Brasil), não é o favorito para a vaga na chapa à reeleição. O MDB vem se aproximando do União Brasil, um dos recordistas do fundo eleitoral este ano. Apesar disso, fez um leve aceno a Leite, ao afirmar que ele é indicação de um "partido importante" na sua base. O prefeito também elogiou o trabalho do presidente da Câmara Municipal. Nunes disse ainda não ver

necessidade de pesquisa para avaliar os nomes para a vice, contrariando a direção de seu partido. Na última segunda-feira, o presidente nacional do União Brasil, António Rueda, e Leite participaram de um jantar com Nunes.

Sreader PressReader.com +1 604 278 4604 corried no Profection